



O IMPACTO DA NÃO-IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA E A SUA RELAÇÃO COM AS PERDAS DOS SABERES E PRÁTICAS TRADICIONAIS

THAYNÁ DOS SANTOS ALMEIDA¹ | OZEIAS DE ALMEIDA SANTOS²

RESUMO

O presente artigo visa trazer discussões sobre o impacto da não-implantação da Educação Escolar Quilombola e sua relação com as perdas dos saberes e práticas tradicionais, em interface com a realidade sociocultural do município de Antônio Cardoso-BA. Desse modo, foi apresentada uma breve abordagem da formação histórica de Antônio Cardoso e suas respectivas comunidades quilombolas, trazendo para a discussão a definição de quilombo, a fim de compreender o processo de construção social e político da Educação Quilombola e seu espaço de luta e vivência. Assim foi apresentada a Lei 10.639/2003, o Estatuto da Igualdade Racial, e as Políticas Educacionais referentes a Educação Quilombola. Ainda foram apresentadas a realidade do Colégio Estadual Antônio Carlos Magalhães, localizado no município de Antônio Cardoso-BA. Por fim apresentamos os saberes e práticas tradicionais das comunidades quilombolas. Desse modo o estudo aqui apresentado é fruto de análises e observações realizadas em pesquisas de campo anteriores realizadas nas comunidades e na escola, enquanto estudantes da unidade escolar e moradores de uma das comunidades quilombolas. O levantamento bibliográfico foi realizado através de entrevistas e conversas com os sujeitos da pesquisa, neste caso, os alunos. Constatou-se, portanto, por meio da coleta e análise dos dados, a real necessidade de um diálogo sobre a importância da implementação de um currículo voltado para a Educação Quilombola que possa contribuir para que a escola seja o espaço de pertencimento dos estudantes, a fim de que valorizem suas identidades.

Palavras-Chave: Educação Quilombola, Ensino médio, Saberes e Práticas Tradicionais.

THE IMPACT OF THE NON-IMPLEMENTATION OF QUILOMBOLA SCHOOL EDUCATION AND ITS RELATION TO THE LOSSES OF TRADITIONAL PRACTICES AND KNOWLEDGE

ABSTRACT

This article aims to bring discussions about the impact of non-implementation of Quilombola School Education and its relation with the losses of traditional knowledge and practices, in interface with the sociocultural reality of the municipality of Antônio Cardoso-BA. In this way, a brief approach was presented to the historical formation of Antônio Cardoso and his respective quilombola communities, bringing to the discussion the definition of quilombo, in order to understand the process of social and political construction of Quilombola Education and its space of struggle and experience. Thus Law 10.639 / 2003, the Statute of Racial Equality, and Educational Policies concerning Quilombola Education were presented. The reality of Antônio Carlos Magalhães State College, located in the municipality of Antônio Cardoso-BA, was also presented. Finally, we present the traditional knowledge and practices of quilombola communities. Thus, the study presented here is the result of analyzes and observations made in previous field research carried out in the communities and at the school, as students of the school unit and residents of one of the quilombola communities. The bibliographic survey was conducted through interviews and conversations with the research subjects, in this case, the students. Therefore, through the collection and analysis of the data, the real need for a dialogue on the importance of the implementation of a curriculum focused on Quilombola Education that could contribute to the school as the space of students' so that they value their identities.

Keywords: Quilombola Education, High School, Traditional Knowledge and Practices.

¹ Graduada em Direito Pela Universidade Federal da Bahia. Ex-aluna do Colégio Estadual Antônio Carlos Magalhães e Moradora da Comunidade Quilombola de Paus Altos. E-mail: thaynasantosc52@gmail.com.

² Mestre em Planejamento Territorial Pela Universidade Estadual de Feira de Santana; Professor da Rede estadual de ensino do Estado da Bahia. Ex-aluno do Colégio Estadual Antônio Carlos Magalhães; morador da comunidade Quilombola de Paus Altos. E-mail: ozeiasgeo.santos@gmail.com.

1. Introdução

A temática referente ao estudo está relacionada às novas práticas educacionais específicas para um tipo de comunidade tradicional, as comunidades quilombolas, com base na implementação e efetivação da Lei 10.639/2003, o Estatuto da Igualdade Racial e as diretrizes curriculares da Educação Quilombola, que perpassam pela questão de valorização da cultura e construção histórica do processo de formação do povo brasileiro, e em específico no espaço escolar.

Assim, é fundamental tal compreensão a respeito da construção sociocultural desses sujeitos, e a necessidade da importância da implementação da Educação Quilombola visando a realidade das comunidades remanescentes de quilombo, caracterizados por seus aspectos econômicos, sociais e culturais representados em suas diversas relações sociais. De acordo com Campos (2002), as práticas educativas em interface com a realidade sociocultural de um quilombo passam a ser elemento categórico nesta discussão, uma vez que se constitui em grupos sociais representados por elementos históricos, econômicos, sociais e culturais imbricados nas relações de sociabilidade representadas por seus hábitos e costumes.

Os estudos sobre Educação Quilombola partem inicialmente de inquietações surgidas, enquanto membros de uma comunidade quilombola e alunos do Colégio Estadual Antônio Carlos Magalhães, e as contradições vividas em diferentes espaços, como no ambiente escolar, e na comunidade. No ambiente escolar observava-se estudantes negros que não se reconheciam como tal, e que os mesmos mostravam resistência quando uma professora abordava as questões étnico-raciais em sala de aula e assim, resistiam estudar e debater sobre esses assuntos a fim de fortalecer a identidade negra e quilombola no município de Antônio Cardoso. O cenário de investigação escolhido são as comunidades quilombolas de Gavião e Paus Altos, ambas localizadas no Município de Antônio Cardoso, pertencente a microrregião de Feira de Santana, na qual se tem como lócus, em específico, a escola pesquisada situada na sede do município. Nesse contexto, a problematização levantada trás o seguinte questionamento: Qual o impacto da não-implementação da Educação Quilombola em relação as perdas dos saberes e práticas tradicionais?

Possíveis indagações foram apresentadas à problemática em questão: Como estes saberes da cultura quilombola se relacionam com os saberes escolares? Um colégio que tenha alunos quilombolas, mas não está dentro do território pode implantar a Educação Escolar Quilombola? Existem ações da SEC/BA específicas para os alunos quilombolas? Porque as escolas só trabalham a questão do negro no dia da 20 de novembro? Dessa maneira, para o início deste estudo a apropriação de um referencial teórico para a construção do trabalho é de extrema relevância para compreender o objeto de estudo. Sendo assim, o referencial teórico adotado fundamenta-se na seguinte afirmação:

As Representações Sociais são um conjunto de explicações, crenças e ideias que nos permitem evocar um dado, acontecimento, pessoa ou objeto (MOSCOVICE, 1981).

As representações sociais são a forma com que as pessoas se relacionam se expressão vista de um ponto científico e psicológico a fim de analisar as manifestações sociais que é das mais variadas formas, pois a sociedade é formada de pessoas diferentes, com costumes e pensamentos diferentes e por isso é classificada como uma sociedade heterogênia. Os diferentes pensamentos formadores de uma sociedade, sejam crenças religiosas, manifestações culturais e exposição de pensamentos e com esses estudos é possível observar que mesmo em uma sociedade ampla com diversas formações há muitos pensamentos que se cruzam, pois mesmo em grupo social que se opõem em alguns aspectos eles podem se sentirem representados em alguns atos.

A opção por este referencial se deve ao fato que as Teorias das Representações Sociais são capazes de apreender as questões levantadas pelo objeto proposto de modo que, segundo Sá (1995), o objeto de estudo deve estar implicado de forma consistente em alguma prática do grupo, o que denota sua importância cultural relativas às práticas culturais. Diante disso é possível concluir que se utilizou as Representações Sociais dos alunos quilombolas sobre a temática, pois entende-se que é fundamental que os sujeitos de estudo definam o que é a Educação Quilombola. Podendo assim contribuir para a aplicação e efetivação da Educação Quilombola que visem fortalecer a história e as tradições culturais das comunidades remanescentes de quilombo.

Tal reflexão levou a necessidade em fazer conhecimento científico, por meio desta proposta de estudo e pesquisa, buscando assim, possíveis respostas em torno do objeto investigado, a partir das definições dos sujeitos da pesquisa. Tal perspectiva permitiu que a pesquisa fosse desenvolvida a partir de um processo investigativo de abordagem qualitativa, que segundo Minayo e Sanches (1993) admite que essa abordagem realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatias aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas.

Com isso, foi realizado um estudo de campo, orientado pelos pressupostos da abordagem qualitativa em pesquisa jurídico-exploratória, tendo como escopo a familiarização do investigador com o objeto de estudo. O estudo de campo consiste em uma observação direta de um grupo em estudo, com entrevistas aos sujeitos para captar suas informações e explicações do que ocorre em seu meio, seus procedimentos podem ser através de análises de documentos, fotografias, filmagens, etc. (CAMPOS, 2002). Esse tipo de pesquisa:

[...] focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, poder uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer, ou voltada para qualquer outra atividade humana (...) o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo. [...] pois somente com essa imersão na realidade, é que se podem entender as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado (Gil, 2002, p. 53).

Utilizamos no processo de sistematização e coleta de dados, técnicas e instrumentos com objetivos exploratórios: observações diretas e entrevistas semiestruturadas. Percebemos que esse tipo de entrevista foi, portanto, uma forma de transformar “objetos de estudo” em sujeitos da pesquisa, estimulando a participação desses sujeitos na elaboração do conteúdo da mesma.

Dessa forma, as observações e as entrevistas semiestruturadas foram feitas com um roteiro pré-redigido a fim de compreender os sujeitos pesquisados a respeito de suas representações sociais da

Educação Quilombola. Com esse enfoque temos como participantes do processo educativo, 27 alunos quilombolas da escola analisada. Dessa maneira, a respectiva pesquisa foi desenvolvida de acordo com tais elementos, procurando sempre compreender e analisar o significado do processo investigativo em questão.

2. De onde estamos falando: as Comunidades Quilombolas de Antônio Cardoso e sua formação histórica.

O município de Antônio Cardoso está situado no Território Portal do Sertão, Estado da Bahia, pertencente à Área de Expansão Metropolitana de Feira de Santana, localiza-se à margem esquerda do rio Paraguaçu.

Ocupa uma área de 293,217 km², situando-se a uma distância de 139 km da capital do Estado (distância rodoviária), sendo tangenciado pela BR 116 sul que é responsável pelo contato com o norte e o sul do país (SANTOS, 2010) (Figura 1).

Atualmente sua população é estimada em 11.554 habitantes, está entre os 100 municípios mais pobres do Estado da Bahia. As principais atividades econômicas são a agricultura de subsistência e pecuária, o que contribui para a migração da população, principalmente dos jovens para outras cidades em busca de oportunidade de emprego.

O município foi emancipado em 18 de abril de 1962. Antes era chamando de Tinguatinga, Uberlândia e Umburanas, porém seu nome atual foi uma homenagem ao primeiro prefeito Antônio Cardoso de Souza e também grande latifundiário, nome esse que não agrada maioria da população.

A região ao oeste do encontro do Paraguaçu com o Jacuípe era ocupada pelos nativos (índios Paiaiá e outros que vinham recuando do litoral forçados pelos ataques dos brancos). Depois os negros escravizados, senhores de escravos e descendentes miscigenados dessas três etnias foram se instalando.

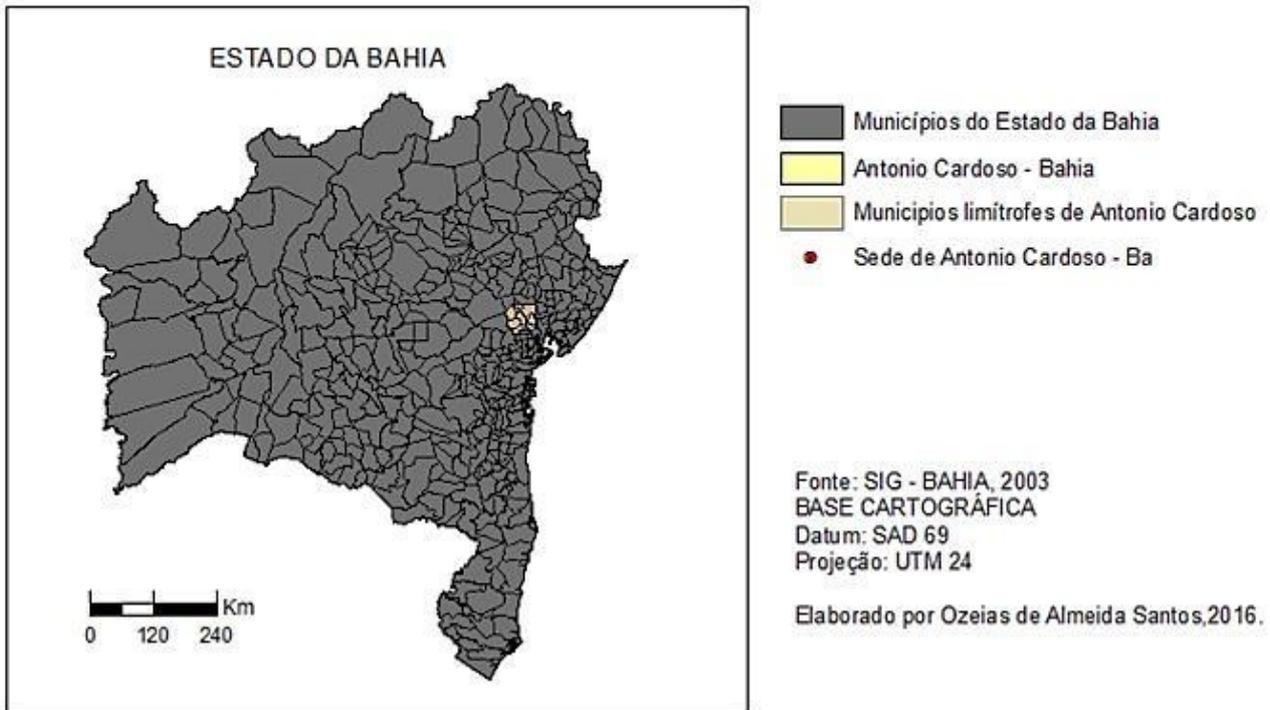
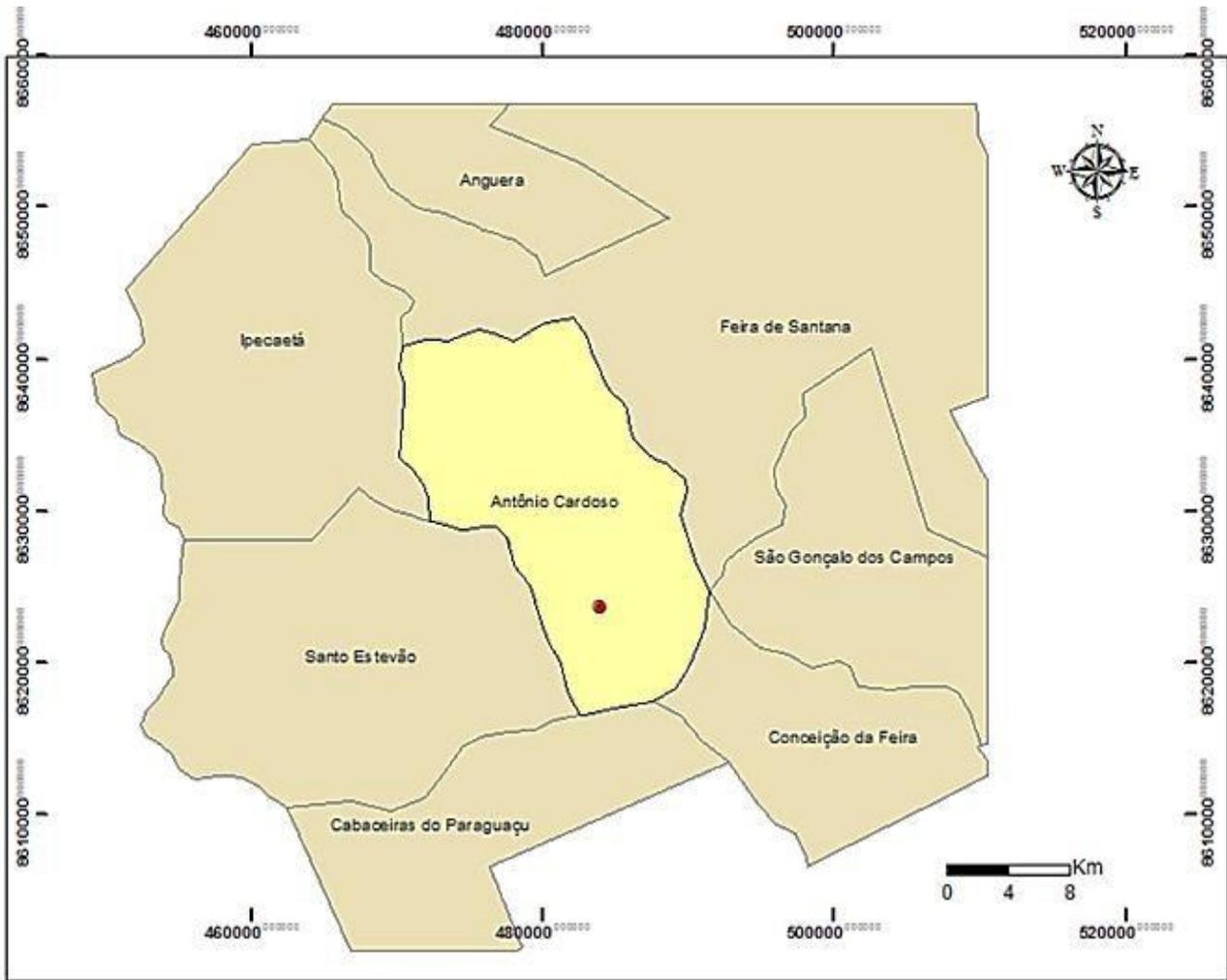


Figura 1. Localização do município de Antônio Cardoso no estado da Bahia (Os autores, 2018)

2.1. Formação histórica das comunidades quilombolas de Antônio Cardoso

No último censo do IBGE, realizado em 2010, 50,65% dos 11.554 habitantes de Antônio Cardoso se autodeclararam negros. O percentual coloca o município como único de todo o Brasil em que a maioria da população se vê (e se diz) negra. Parte significativa desse percentual está concentrada na zona rural em comunidades quilombolas (PEREIRA apud ALMEIDA, 2015).

A quantidade de negros em Antônio Cardoso está ligada à ocupação da região no final do século XIX. Em 1888 a Lei Áurea deu liberdade aos escravos, mas não deu trabalho aos negros. Assim muitos permaneceram nas fazendas dos velhos senhores labutando em troca de poder plantar algo para comer (SANTOS, 2010).

O Decreto 4.887/03 conceitua, em seu artigo 2º, as comunidades quilombolas ou remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida e que a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade.

Por isso, é considerada como uma comunidade quilombola todo grupo negro que habite área rural, desde tempos que remontam, pelo menos, às primeiras décadas do século XX, tendo nela se instalado por qualquer razão histórica e ali vivido até os dias atuais, compartilhando um território e uma identidade, e que assim se auto reconheça (SOUZA in ARAUJO, p. 2).

Esses espaços são caracterizados pela presença da agricultura familiar de subsistência, desenvolvida nas pequenas áreas das propriedades, em sua maioria com características ambientais com restrições para a agricultura. As comunidades quilombolas de Antônio Cardoso se formaram a partir da ocupação de terras devolutas, por escravos libertos ou fugidos das fazendas de Umburanas, a partir de 1888, porém em meados do século XX ainda existia compra e venda de escravos, segundo registros do cartório do município (SANTOS, 2010).

O município de Antônio Cardoso tem pelo menos 8 comunidades quilombolas: Crumataí, Orobó, Gavião, Mata, Paus Altos, Perí, Santo Antônio e Tócos. Dentre essas apenas Gavião e Paus Altos são reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

As comunidades quilombolas de Antônio Cardoso apresentam moradias precárias e simples, pequenas propriedades familiares, estruturas de produção tradicionais.

O trabalho coletivo, o uso comunal da terra e o trabalho braçal características das “roças de comuns” representam as ações técnicas que associadas aos objetos produzem o espaço geográfico dessas comunidades, revelando sua natureza contraditória quando comparado a outros espaços rurais dentro do mesmo estado e até mesmo do município (SANTOS, 2010).

2.2. Formação histórica da Comunidade Quilombola do Gavião

Gavião é uma comunidade quilombola certificada pela Fundação Cultural Palmares registrada no Livro de cadastro geral n. 012, Registro n. 1.309 fl. 124 e a mesma está localizada na zona rural do município, as margens da BR- 116 sul. Na comunidade residem atualmente 68 famílias e aproximadamente 340 pessoas (SANTOS, 2010).

Geograficamente a área é caracterizada por terreno com inclinação moderadamente alta, o que acarreta comprometimentos na qualidade do solo. As propriedades em maioria possuem área inferior à 1,0 tarefa (equivalente a 0,44 hectares), (idem).

Segundo Santos (2010), renda proveniente da propriedade não é suficiente para o sustento da família, pois as áreas disponíveis para o plantio não possuem a extensão territorial necessária para uma produção e a produtividade que garanta a sustentabilidade econômica das famílias. A falta de terra foi apontada em entrevistas, como a principal causa da situação de pobreza da comunidade e essa expropriação fundiária está relacionada ao processo de escravidão, pois quem não detém da posse de terra são em sua maioria significativamente negros com histórico remanescente de quilombo.

2.3. Formação histórica da Comunidade Quilombola de Paus Altos

A comunidade de Paus Altos tem sua configuração espacial marcada pelos usos das terras que predominam desde o período da escravidão. A comunidade tem boa parte do seu território localizado num tabuleiro que apresenta solo com pouca produtividade e baixa concentração de matéria orgânica em boa parte do plantio (SANTOS, 2010).

De acordo com estudos realizados por Santos (2010), afirmam que após a abolição legal da escravidão em 1888, grande parte dos escravos libertos, por não terem acesso ao trabalho assalariado, terras, educação e outros direitos civis, permaneceram nas fazendas trabalhando na condição de “rendeiros”, ou mesmo em troca de alimentação e moradia.

Os fazendeiros mantiveram suas fazendas nas áreas planas e baixas, com maior porção de solo fértil, onde faziam plantações e criavam gado. Os escravos libertos ou fugidos se fixaram na região ao tabuleiro na condição de rendeiros e posteriormente compraram essas terras, que tem com a característica básica a baixa fertilidade do solo, principalmente pela composição pedológica formada por pedregulhos (SANTOS, 2010).

3. A população negra e a Educação Escolar Quilombola

Para começo de conversa, as Diretrizes Curriculares para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, traz referências aos mecanismos de repressão que foram utilizados pelo Estado para impedir a escolarização dos grupos escravizados. Dentre eles há o Decreto nº. 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecendo que nas escolas públicas do país não fossem admitidos escravos:

Art. 69. Não serão admitidos á matricula, nem poderão frequentar as escolas:

§ 1º Os meninos que padecerem moléstias contagiosas.

§ 2º Os que não tiverem sido vacinados.

§ 3º Os escravos.

Diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos espaços escolares (BRASIL, 2005). Desse modo, de acordo com Mariléia Cruz (2005), existem registros de experiências de escolas voltadas para a população negra neste período, mesmo com os mecanismos utilizados pelo Estado, devido ao interesse deste grupo em exercer sua cidadania quando libertos e de apropriar-se dos saberes exigidos pela sociedade da época e também com a finalidade de ascensão social. Até então, em todo o processo histórico da sociedade brasileira, a ação educativa formal sempre esteve, explícita ou implicitamente, condicionada aos interesses de um grupo dominante, predominantemente branco e rico (SOUZA, 2015). Nos dias atuais foram apresentados avanços na educação, trata-se de uma educação diferenciada para a população negra e neste caso especialmente para a população quilombola. Como resultado destas lutas, foi criada em 2003 a Lei 10.639 que garante a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica, em estabelecimentos públicos e privados. O Estatuto da Igualdade Racial em seu artigo 11 reafirma que nos

estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil (BRASIL, 2010, art. 11).

Nesse sentido, contempla princípios que estavam presentes apenas no Parecer nº 03, de 2004 na Resolução nº 01, de 2004, ambos do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP), alegando a necessidade da formação inicial e continuada de professores e de uma política de elaboração de material didático específico. Desse modo, a inclusão da Educação Quilombola como modalidade de ensino na Educação Básica foi uma grande conquista, porém, por si só toda essa luta não se faz suficiente, pois ainda existem diversos desafios para a garantia do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, e a educação escolar quilombola é um ponto ainda em construção. Sendo imprescindível a participação da população nas decisões que perpassa por essas questões. Segundo Maurício Arruti (2010), desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 até o ano de 2003 pouco havia se avançado no que se refere às políticas públicas para os quilombos.

Como resultado desse processo histórico a Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010) através de suas discussões resultaram na inclusão da educação escolar quilombola como modalidade básica, que instituem as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica. De acordo com tais Diretrizes:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural (p.42).

Sendo assim, uma lei que garanta uma política curricular específica para as comunidades quilombolas.

3.1. As Diretrizes Curriculares Estaduais e Nacionais para a Educação Escolar Quilombola

De acordo com as DCNEEQ, a Educação Escolar Quilombola deve desenvolver-se na Educação Básica, em suas etapas e modalidades, compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, a Educação Especial, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a Educação de Jovens e Adultos, inclusive na Educação à Distância, e destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas em suas mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica (CAMPOS, 2002).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola - DCNEEQ, no seu art. 9º, fazem referência ao que compreende a Educação Escolar Quilombola, sendo ela não apenas aquela situada na comunidade quilombola, mas também a que atendem estudantes oriundos de território quilombola, mesmo estando localizada em outra comunidade ou na cidade:

Educação Escolar Quilombola é a modalidade de educação que compreende as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas. Nesse caso,

entende-se por escola quilombola aquela localizada em território quilombola (BRASIL, 2012, p.27).

Segundo Sarita Albagli (2004) “o território é um espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões.” (p.27).

Desse modo, o território não pode ser reduzido a um pedaço de terra, ele é construído historicamente pelas pessoas que o ocupam, assim, se pensarmos o território quilombola este deve ser compreendido como parte da identidade do grupo, envolvendo suas relações sociais, religiosas, econômicas, entre outras (SOUZA, 2015). No artigo 34, as DCNEEQ afirmam que:

O currículo da Educação Escolar Quilombola diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços escolares de suas atividades pedagógicas, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades (BRASIL, 2012, p.13).

Em relação ao Projeto Político Pedagógico e ao currículo para as escolas quilombolas, as Diretrizes destacam que é preciso considerar:

I - Os conhecimentos tradicionais, a oralidade, a ancestralidade, a estética, as formas de trabalho, as tecnologias e a história de cada comunidade quilombola; II - as formas por meio das quais as comunidades quilombolas vivenciam os seus processos educativos cotidianos em articulação com os conhecimentos escolares e demais conhecimentos produzidos pela sociedade mais ampla (BRASIL, 2012, p.12).

Assim sendo, as educações escolares devem levar em consideração as demandas das comunidades quilombolas, suas histórias, identidade, culturas, práticas, saberes, de modo que venha garantir o direito de se apropriarem dos conhecimentos construídos tradicionalmente em seus territórios, de modo a garantir seu reconhecimento, valorização e manutenção. Neste sentido, a Educação Escolar Quilombola busca uma educação diferenciada para os oriundos das comunidades remanescentes de quilombo, visando contribuir para que a escola seja o espaço de pertencimento dos estudantes.

4. A Escola Atual: Precarização e Qualidade da Educação

Atualmente no Município existe apenas um colégio que ofereça ensino médio. A escola oferece anos finais do ensino fundamental, com aproximadamente 145 matrículas, e ensino médio, com 264 estudantes na modalidade regular. Possuem 14 professores, dentre esse número apenas uma professora negra, já os funcionários são em sua grande maioria são negros. De início destacam-se os problemas apontados no grupo de professores e de estudantes com relação à estrutura da escola. Primeiro, o difícil acesso à escola, que possui apenas uma rota de chegada realizada por uma linha de ônibus, atrapalha os horários das aulas, pois estudantes e professores chegam com atraso e encerram as aulas mais cedo para retornarem as suas residências (pesquisa de campo, 2015).

Os problemas na infraestrutura da escola são extensos: os sanitários feminino e masculino e o feminino na maioria das vezes não têm água. A biblioteca estava bastante desorganizada e os estudantes não têm acesso a ela por falta de profissional capacitado. A cozinha da escola é pequena e o fogão está com metade das bocas quebradas, na qual trabalham cinco merendeiras. Não há um refeitório, os estudantes merendam espalhados por outros espaços da escola. Não há laboratórios de informática e tampouco de ciências. A escola tem dois pavilhões com salas de aula, sendo que o primeiro e mais antigo é bem pequeno e não é muito utilizado. O prédio da escola não era pintado há 10 anos, porém no respectivo ano a direção com recursos próprios fez a pintura da unidade.

Os professores reafirmaram a falta de estrutura e de segurança adequadas para trabalhar e a necessidade de maior apoio pedagógico e reorganização do transporte escolar que as leva para o trabalho. Os três participantes ainda demonstraram bastante desânimo com a profissão, que foi escolhida por falta de outras opções profissionais. Ainda assim, destacaram que o ensino médio é uma etapa em que a comunicação com estudantes é melhor e mais livre, por causa da maturidade deles. É no ensino médio também que os professores se dão conta da defasagem de conteúdos e aprendizagens dos adolescentes e

jovens. A principal dificuldade na relação está na rigidez que os professores precisam ter com os estudantes para estimulá-los na busca pela continuidade dos estudos no futuro.

O grupo de diálogo com adolescentes e jovens contou com a presença de 27 estudantes, sendo a maior parte do grupo formada por estudantes quilombolas. Os estudantes veem a escola como um espaço importante, “instrumento de guia”, mas que deve ser “um lugar de pertencimento”, que as histórias locais e deles (quilombolas) devem estar representadas e incluídas na metodologia de ensino e currículo. Um ponto negativo apontado pelos estudantes está nas condições de estrutura física da escola e também na metodologia de ensino. Há incentivos de familiares e de professores por meio de conselhos e palavras de apoio, mas que não se traduzem em ações, na visão deles.

Há um sentimento de desmotivação que os estudantes já sentem a partir das aulas vagas e da insegurança do ambiente escolar, por exemplo. A preocupação com a falta de aulas e as consequências disso apareceram em diversas falas. Os problemas de infraestrutura, a necessidade de espaços adequados e a falta de acesso à tecnologia também preocupam estudantes e professores, em uma percepção de que a escola não acompanha o movimento acelerado do mundo globalizado ou, pelo menos, não aproveita para desencadear novos conhecimentos e metodologias para si.

As discussões sobre discriminação de gênero e raça se demonstraram mais sensíveis e polêmicas entre estudantes. Já discriminações sobre sexualidade aparentam ser mais tabu – esse foi o único tópico em que os professores disseram ter presenciado discriminações na escola. Algumas questões relevantes apareceram para além das perguntas realizadas, sobretudo concernentes às relações raciais na educação. Entre elas, um questionamento sobre a representação de negros e negras nos livros didáticos e a importância de se estudar modos positivos para o reconhecimento de si e a construção da autoestima. Muitas das contribuições de estudantes reivindicavam uma escola que considerasse suas vivências, identidades e saberes.

Pelo fato que no Município só existir uma unidade que ofereça ensino médio, e diante muitas reivindicações, dentre elas o fato da Secretaria Municipal de Educação em 2013 querer proibir que os estudantes do município que residem em comunidades distantes da sede, onde está localizado o Colégio ACM, fossem estudar no distrito de Bomfim de Feira, e em Santo Estevão questionando que a verba que o estado mandaria para o município estava sendo distribuídas entre Feira de Santana e Santo Estevão, porém mesmo assim muitas mães continuaram a matricular seus filhos no Colégio dos municípios vizinhos. Dessa maneira, como tentativa de resolver esse problema no início do presente ano, a SEC/BA implantou o EMI-TEC em uma escola municipal no distrito do Poço para que fossem ofertadas para os estudantes do ensino médio, aulas via satélite transmitidas de Salvador. O programa conta atualmente com 19 matriculados. Segundo depoimento de um dos monitores do programa:

Os alunos estão gostando...vejo um resultado positivo pela qualidade das aulas, pena que os nossos alunos não estão preparados para enfrentarem as séries pois o conteúdo não acompanha a formação anterior que eles tiveram (Manoel, pesquisa de campo 2017).

Por estarmos falando de educação Quilombola, faz-se necessário fazer algumas colocações a respeito da Educação Infantil. Dentre as duas comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares, apenas gavião possui escola em seu território que oferece aulas para a Educação Infantil e para o ensino Fundamental, porém a comunidade de Paus Altos não possui escola em seu território, sendo assim a escola mais próxima está localizada na fronteira com outras comunidades, se distanciando das residências da maioria dos estudantes, um problema observado pelas mães dos alunos da Educação Infantil que levam suas crianças no transporte escolar e precisam retornar para casa realizando todo o trajeto e a pé, e depois retornam para buscar seus filhos e voltam para suas residências caminhando mais uma vez. As Diretrizes em seu artigo 11, § 2º dizem que “a oferta da Educação Infantil na Educação Escolar Quilombola deverá ser garantida à criança o direito a permanecer com o seu grupo familiar e comunitário de referência, evitando-se o seu

deslocamento” (BRASIL, 2012). Desse modo a Secretaria Municipal de Educação, no contexto da comunidade quilombola de Paus Altos, ferem as normas das diretrizes e do Estatuto da Criança e do Adolescente, (art.53, par. Único, inc. v), violando o direito de o menor estudar próximo a suas residências e forçando o seu deslocamento sem oferecer transporte escolar para o retorno dessas crianças para suas moradias.

5. Saberes e Práticas Tradicionais

O povo negro do Município de Antônio Cardoso, no decorrer da sua história de luta e resistência, tem preservado práticas culturais africanas no âmbito dos povoados negros que permaneceram como quilombos praticamente intactos, transmitindo suas músicas, danças e toques de geração para geração, no estilo samba-batuque, apesar do trabalho pesado, um comportamento que continua até hoje entre os mais velhos, que têm consciência e orgulho da sua negritude. A identidade étnica é tratada no currículo escolar de maneira superficial e em ocasiões comemorativas. Ao abordar as manifestações culturais das comunidades quilombolas do município de Antônio Cardoso para pensarmos sobre pedagogias quilombolas a abordagem será feita através de blocos. Em relação às culturas tradicionais, nos remetemos a premissa literária, como por exemplo as cantorias de verso em que as moças e os rapazes tiravam nos sambas como maneira de “paquera”, como também os versos tirados pelos vaqueiros. Além disso destacam-se as cantigas de roda, brincadeira antigamente bastante presente nas brincadeiras das crianças, sobretudo as meninas. Algumas dessas manifestações ainda se mantem vivas diante desse mundo globalizado, como a “queima de judas’ que ocorre no sábado de páscoa, a queima da lapinha(monta em dezembro simbolizando o nascimento do menino Jesus e queima em janeiro época dos santos reis), o “rei roubado” mais conhecido como reisado,(um grupo de amigos ou vizinhos se organizam contratam tocadores, e mestres de samba para no início da madrugada ir cantar rei, ou seja, fazer um samba na frente da casa da pessoa enquanto toda a família está dormindo, e assim poder entrar e fazer o samba. Quem recebeu o “rei” em casa deve roubar rei a outra pessoa) e o samba de roda na sua modalidade de “piega” e o samba na sua modalidade de cultivar os orixás do candomblé.

Nesse sentido é característica marcante do povo afrodescendente, principalmente no interior da Bahia, realizar o samba de candomblé da seguinte maneira: primeiro pagam a promessa na maioria das vezes a São Cosme e Damião e a Santa Bárbara através da novena/reza, e logo depois distribui o “caruru dos 7 meninos”, onde na maioria das vezes o orixá criança baixa, e a partir daí as entidades sambam através do corpo das pessoas. A novena de São Roque, protetor dos doentes, é muito comum nas comunidades, principalmente pelo fato do santo ser o copadroeiro da cidade atraindo romeiros de outras cidades do Estado. Esses saberes e conhecimentos repassados de geração em geração tem o grande papel de fortalecer o pertencimento a essas comunidades. Nesse sentido Stuar Hall (2009) afirma que:

Em sua expressividade, sua musicalidade, sua oralidade e na sua rica, profunda e variada atenção à fala; em suas inflexões vernáculas e locais; em sua rica produção de contra narrativas; e, sobretudo, em seu uso metafórico do vocabulário musical, a cultura popular negra tem permitido trazer à tona, até nas modalidades mistas e contraditórias da cultura popular ministram, elementos de um discurso que é diferente – outra forma de vida, outras tradições de representação (p.324).

No contexto quilombola e rural a coletividade é algo bastante presente, principalmente nas trocas de favores que a anos se faz presentes na zona rural, nesse sentido podemos apontar a marra e pesa de fumo como encontro de prosa para reunir amigos, parentes e vizinhos; raspagem de mandioca, os dijitórios para plantar feijão e milho, e a bata de feijão. O interlocutor Paulo de Almeida, também professor da Ensino Fundamental da escola localizada na fronteira da comunidade de Paus Altos nos apresentou o canto da bata de feijão: *olá bata de feijão que mandaro me chamar, os homem pra bater e as mulher pra biatar*” (pesquisa de campo, 2017). Além disso, existem tradições populares herdadas do estilo de vida campestre que combina trabalho e diversão, como a argolinha, a cavalgada, e o passeio de carroça. Durante todos esses anos pudemos perceber que a comunidade ainda mantém muitas práticas tradicionais que estão relacionadas principalmente à manutenção da saúde e à cura de doenças. Assim, algumas dessas práticas e

saberes tradicionais que vamos relatar muitas vezes envolve não apenas conhecimentos sobre remédios caseiros, mas também sobre a manipulação de energias ou conhecimentos espirituais. Esta temática abre várias possibilidades de diálogo dentro e fora do ambiente escolar e se faz fundamental para pensar as cosmovisões dos quilombolas, bem como a construção de suas pedagogias. Dentre estas práticas, iniciamos a falar sobre o ofício milenar das parteiras e os saberes por elas manipulados, em que a duas décadas passadas era prática constante na zona rural, e principalmente nas comunidades quilombolas. As rezadeiras, benzedadeiras e curandeiros tem um papel fundamental nos problemas de saúde física e espiritual. As rezadeiras e benzedadeiras mesmo não sendo consideradas curandeiros ou pais e mães de santo, possuem o dom de curar através de suas rezas algumas “doenças” como a “espinhela caída”, “vento caído de criança”, terçol, e também distanciar o mal da vida das pessoas, como por exemplo “rezar de olhado” que livra do olho gordo/inveja, em que a pessoa começa a ficar cansada, sonolenta e sem ânimo. Na maioria das vezes, essas rezas são realizadas com folhas. Alguns os problemas de saúde estão atribuídos à feitiçaria muitas vezes sem diagnóstico médico, o que resulta a procura de um curador (a) para obter uma cura espiritual. Sobre as práticas de feitiçaria, Silva (2010), em sua tese de doutorado “Rio das Rãs e Mangal: Feitiçaria e poder em territórios quilombolas do Médio São Francisco”, concluiu que nos dois quilombos estudados, “a feitiçaria é vista como a capacidade atribuída a alguém de provocar voluntária ou involuntariamente o mal a outrem” (p.08). Nas comunidades quilombolas os curandeiros, rezadeiras, parteiras, e a população em geral utilizam plantas medicinais de forma bastante sábia e verdadeiramente eficaz. Dessa forma, Camargo (2014) admite a existência no Brasil, de uma medicina popular de conotações mágico-religiosas, presa a um universo sacralizado controlador das forças sobrenaturais, de certa forma responsáveis pelo aparecimento e cura das doenças do corpo e do espírito. Segundo a pesquisa denominada “Avaliação do conhecimento etnobotânico das plantas medicinais na percepção dos alunos quilombolas” realizada em 2015 no colégio estudado, mostra que 100% dos alunos pertencentes as comunidades quilombolas guardam um saber significativo a respeito do uso das plantas medicinais, e que o conhecimento sobre as

plantas medicinais tem base na tradição familiar, sendo ainda a comunicação oral o principal transmissor desse conhecimento.

Nessa esfera é importante ressaltar que a juventude atual não vem valorizando o saber popular dos integrantes das comunidades tradicionais. Nesse sentido podemos concluir que o ambiente escolar torna-se um lugar propício para a realização das pesquisas que visam a investigação etnobotânica, fornecendo subsídios para a implantação de programas que integrem o conhecimento popular com o saber científico, uma vez que essas informações podem contribuir para a manutenção do saber popular sobre as plantas medicinais, e podem ser contextualizadas no ensino de disciplinas ligada ao meio ambiente, como a biologia, ecologia e geografia, bem como aplicando as diretrizes curriculares para a Educação Escolar Quilombola. Os moradores mais antigos das comunidades quilombolas de Antônio Cardoso, principalmente os mestres de samba, e rezadeiras relataram com que os jovens não têm apresentado interesse pelas manifestações culturais, como as rezas, os festejos de santos e o samba de roda. Isso faz com que o legado histórico se perca, principalmente pela influência das mídias (televisão, internet, celular, smartphones), uma questão que preocupa (PEREIRA e ALMEIDA, 2015, p. 16). Dessa maneira a implementação da Educação Escolar Quilombola fornecendo aos estudantes o conhecimento dos saberes e práticas tradicionais de suas comunidades, podendo resgatar todas essas tradições que estão se perdendo.

6. Considerações Finais

No presente estudo foi possível realizar descobertas que responderam algumas inquietações. Compreendemos que os elementos propostos na Educação Quilombola da comunidade estão presentes nos vários momentos do cotidiano dessas comunidades, como quando a avó ensina suas netas a rezar de olhado, a fazer uso das plantas medicinais (indicação, tipo de planta, parte utilizada e modo de preparo), quando a família segue toda para fazer o preparo e plantio da lavoura e dos dijitórios entre amigos e vizinhos para bater o feijão, quando o respeito aos mais velhos é praticado, quando a criança é levada até um mais velho para ser rezada contra vento caído ou espinhela caída, quando a parteira é chamada pra fazer um parto e se torna a “mãe de

umbigo”, quando as ervas são utilizadas nas curas das doenças, quando, na preparação dos festejos, toda a comunidade está envolvida, quando, no samba de roda, quando a comunidade se une para lutas coletivas principalmente através das associações comunitárias, enfim, a Educação Quilombola é aquela que está no dia-a-dia local e faz com que aquela comunidade seja única, que tenha sua identidade. De acordo com a técnica de associação livre de palavras utilizada para coletar as representações sociais dos alunos quilombolas sobre a temática, as palavras que os educandos associam ao que seja a Educação Escolar Quilombola são respectivamente: história, tradição e cultura. Nesse sentido a parte inicial desse estudo foi descobrir as representações sociais dos estudantes para depois pensar na possibilidade de exigir do Estado e dos órgãos competentes a implementação da Educação Escolar Quilombola no colégio investigado já que por ter discentes oriundos das comunidades quilombolas ele passa a ser uma escola quilombola, pois trata-se aqui da obrigação de educar, fazendo necessário que a lei seja efetivada.

Partindo dessa premissa é imprescindível a necessidade de um diálogo junto com os membros das comunidades quilombolas afim de apresentar a essa população o que realmente seja essa educação específica para esse público reforçando a importância da implementação de um currículo voltado para a Educação Escolar Quilombola que possa contribuir para que a escola seja o espaço de pertencimento dos estudantes, a fim de que valorizem suas identidades contribuindo para que o educando se torne mediador da história dos seus ancestrais e de toda beleza e riqueza cultural do seu povo, além de que se tornem sujeitos no processo de construção do conhecimento, levando em consideração as colocações desses membros. Assim fazendo com que a Educação Escolar Quilombola seja apropriada pelas comunidades e também pela equipe escolar, de modo a garantir que ela realmente aconteça.

7. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, T. S. **Avaliação do conhecimento etnobotânico sobre plantas medicinais na percepção dos alunos quilombolas**. SEC/BA: Salvador, 2015.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola**. Parecer CNE/CEB nº 16 de 2012. Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012.

BRASIL. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: outubro de 2009.

BRASIL. **Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Brasília: 2004.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília: Conselho Nacional de Educação. Brasília: 2010.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Lei 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2003.

CAMPOS, L. R. **Educação Escolar Quilombola e o currículo escolar histórico-cultural: olhares sobre as práticas educativas de um quilombo em São Miguel (PA)**; Belém, 2002.

GUSTIN, M. B. S.; DIAS, M. T. F. **(Re) pensando pesquisa jurídica**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da.(org.) **Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000

MOSCOVICI, On Social Representation. In: FORGAS, J. P. **Social Cognition: perspectives on everyday understanding**. Londres: Academic Press, 1981.

NETO, C. S.; SOARES, E; COQUEIRO, E. **Do quilombo à escola: ancestralidade e práticas pedagógicas**. Curitiba: 2007.

PEREIRA, B. S; ALMEIDA, T. S. **O Fortalecimento da Identidade Negra e Quilombola em Antônio Cardoso**. Salvador: SEC/BA, 2015.

SANTOS, O.A. "A Produção do espaço rural no Estado da Bahia: uma leitura da concentração fundiária de comunidades quilombolas do município de Antônio Cardoso". **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Crise, Práxis e Autonomia: Espaços de Resistência e de Esforços. Espaço de Diálogos e Práticas**. Porto Alegre: ENG, julho/2010.

SILVA, V. S. **Rio das Rãs e Mangal: Feitiçaria e poder em territórios quilombolas do Médio São Francisco**. Salvador, 2010. Tese (Doutorado) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

SOARES, E. L. R. **As vinte e uma faces de Exu na filosofia afrodescendente da educação: imagens, discursos e narrativas**. Fortaleza, 2008. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Ceará.

SODRÉ, M. **Claros e Escuros – identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, S. P. **Educação Escolar Quilombola: as pedagogias quilombolas na construção curricular**. Salvador, 2015.